

AUTO PEÇAS:

o que você precisa
saber sobre a
reforma tributária



🌐 www.grupogsv.com.br
☎ (31) 2527.3244 / 2527.3332
📞 (31) 98305.6535
📷 @grupo.gsv

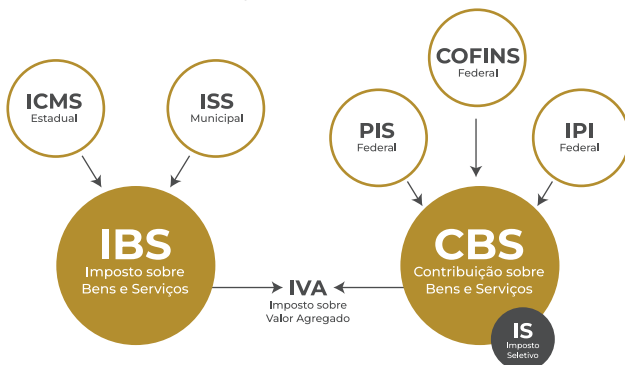
GRUPO
GSV

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Tributária, consolidada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela recém-publicada Lei Complementar nº 214/2025, promete transformar profundamente o sistema tributário nacional. Embora o discurso político aponte simplificação e transparência, o setor de **autopeças**, inserido em cadeias produtivas complexas e com forte carga tributária, será diretamente impactado — positiva e negativamente. Nesta apresentação, analisamos como essas mudanças atingem o setor varejista de autopeças.

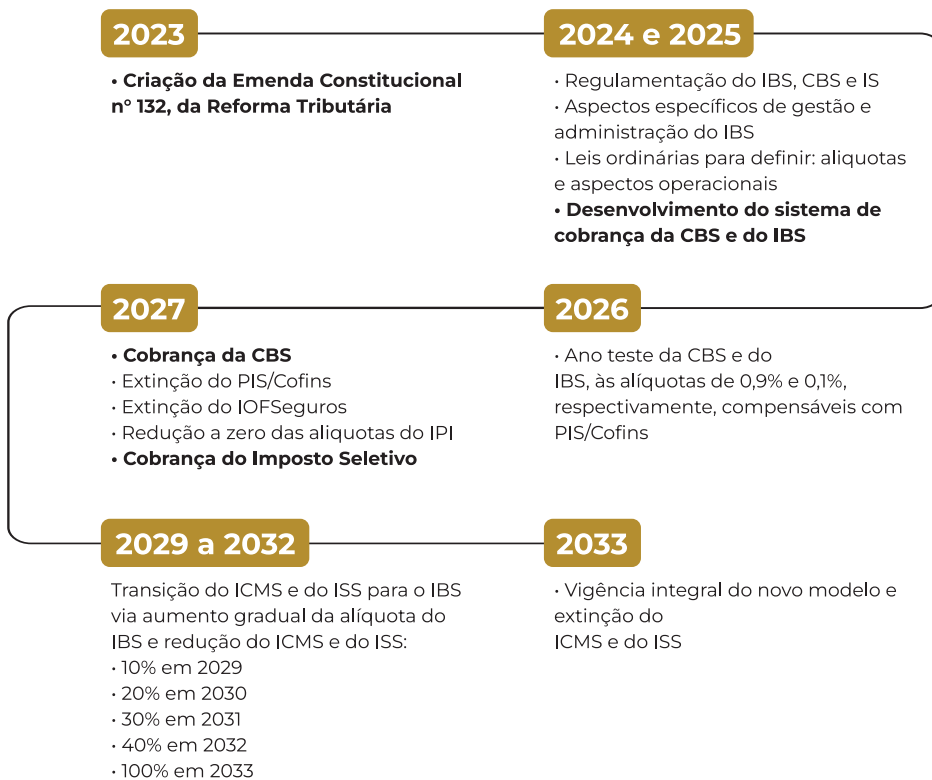
Como principais mudanças deste cenário, teremos a substituição dos tributos de PIS, Cofins, ICMS e ISS, pelo IBS e CBS, além da redução do IPI, salvo produtos que tenham industrialização na Zona Franca de Manaus, assim como pela criação do IS.

Assim ficará essa relação:



- **IBS:** âmbito estadual/municipal: ICMS e ISS;
- **CBS:** âmbito federal; PIS/COFINS;
- **IPI:** alíquota zerada; e
- **IS:** destinado a bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

2. CRONOGRAMA



De acordo com o cronograma estabelecido, é possível observar que **estamos na fase da criação de Leis Ordinárias para definir as alíquotas e aspectos operacionais e no desenvolvimento do sistema de cobrança da CBS e do IBS**, conforme o escopo delineado pela Emenda Constitucional 132/23.

No âmbito da Lei Complementar 214/25, estabelece-se a regulação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em seus aspectos originais. Contudo, **há diversos outros fatores que ainda precisam ser definidos para que a transição se concretize de maneira eficaz. Entre esses fatores estão a definição das alíquotas a serem aplicadas, o desenvolvimento dos mecanismos de cobrança e a organização do próprio Comitê Gestor, que desempenhará um papel crucial na coordenação e fiscalização do novo sistema a nível estadual e municipal.**

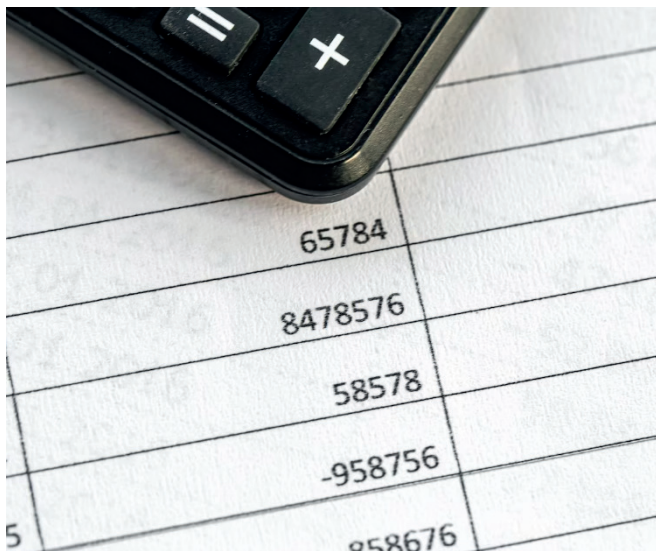
Algumas decisões fundamentais ainda estão pendentes, o que pode impactar a implementação efetiva da reforma tributária. Portanto, muitos pontos importantes ainda estão sendo discutidos e ajustados, o que exigirá atenção constante ao longo dos próximos meses e anos vindouros.

O que provavelmente ocorrerá é que, ao longo do processo, teremos alguns direcionamentos que servirão como norte para guiar as ações, mas é fundamental compreender que, como qualquer outra norma — especialmente aquelas inovadoras —, será necessário um tempo de adaptação para que a implementação seja efetivamente ajustada e refletida de maneira que atenda aos anseios e expectativas da sociedade. Em suma, o processo será gradual e, ao longo do tempo, a legislação deve ser ajustada para atingir o equilíbrio desejado.

3. FIM DO ICMS-ST E NOVA SISTEMÁTICA DO IVA DUAL

Um dos pontos centrais da Reforma é a substituição de tributos como ICMS, IPI, PIS e Cofins por dois novos impostos: **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)** e **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)**.

O fim da **Substituição Tributária do ICMS (ICMS-ST)** — sistema amplamente utilizado no setor de autopeças — altera significativamente a operação de distribuidores e varejistas, que hoje adquirem mercadorias com o imposto já recolhido por antecipação.



Impactos práticos:

- A responsabilidade tributária se deslocará do fabricante ou importador para cada elo da cadeia, exigindo **maior controle fiscal por parte dos varejistas**, que precisarão emitir e recolher o novo imposto.
- A simplificação promete reduzir litígios comuns à ST, mas exigirá **revisão de precificação e contratos comerciais**.
 - **Classificação de Produtos:** As autopeças precisam garantir que os sistemas de gestão (ERPs) estejam atualizados com as alíquotas aplicáveis a cada produto, conforme regulamentação tributária.
 - **Conformidade Fiscal:** É imperativo que as autopeças mantenham documentação fiscal adequada e aderente à legislação para evitar penalidades e garantir a apuração correta dos tributos. A adaptação dos sistemas para refletir corretamente as mudanças pode aumentar os custos administrativos.
 - **Treinamento e Capacitação:** A implementação das mudanças requer que os profissionais de contabilidade e tributação estejam devidamente capacitados para lidar com as novas regras.
 - **Impactos Regionais:** Como as alíquotas do IBS são definidas por cada ente federativo, pode haver variações regionais significativas, exigindo adaptações nas estratégias de precificação e logística dos supermercados.

4. AUMENTO DE CARGA PARA O VAREJO: ALERTA PARA MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

Estudos preliminares da Receita Federal e de entidades como o IPEA sugerem que o setor de **comércio** — incluindo o varejo de autopeças — poderá sofrer **aumento de carga tributária, especialmente se for optante do regime do Lucro Presumido ou do Simples Nacional.**

Impacto prático:

- A alíquota média efetiva dos novos tributos pode ser mais alta do que a atual no comércio de peças.
- Microempresas devem **reavaliar a viabilidade da permanência no Simples**, considerando o novo sistema e a cumulatividade de obrigações acessórias.

Nesse ponto, para as empresas que já se enquadram no Regime Tributário do Lucro Real estão um passo à frente, uma vez que já antecipou a adequação tributária para a normativa de aproveitamento de créditos nas suas compras.



5. APLICAÇÃO DO CASHBACK

A LC nº 214/2025 introduz em seu artigo 112, a figura do “cashback” como instrumento de devolução de tributos indiretos, voltado principalmente às pessoas físicas, com o objetivo de reduzir os efeitos regressivos do sistema tributário, no entanto, a norma não aborda diretamente se produtos de autopeças, poderão ser contemplados no programa de cashback.

Contudo, algumas considerações legais e lógicas podem ser feitas:

- **Impacto no Setor de Auto Peças:** Estimulação do Consumo: A devolução parcial ou integral dos tributos pagos incentiva o consumo, especialmente entre as classes de menor poder aquisitivo.
- **Competitividade e Fidelização de Clientes:** Autopeças podem usar o cashback como estratégia de marketing, destacando a devolução como benefício aos clientes. Exemplo: uma autopeças pode integrar sistemas que informam o cliente sobre o valor aproximado do cashback no ato da compra, fidelizando ao mostrar transparência e vantagem econômica.
- **Simplificação de Processos Tributários:** O cashback pode simplificar a percepção do peso dos tributos no preço final, já que o consumidor sente diretamente o benefício de parte da devolução.

Operacionalmente, as autopeças terão que ajustar sistemas de emissão de notas fiscais para incluir informações detalhadas sobre o valor dos tributos incidentes e o potencial cashback. A devolução pode variar de acordo com a essencialidade do produto.

6. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

Para lidar com as possíveis mudanças nos preços decorrentes da tributação no destino, as autopeças devem investir em estratégias e ferramentas de gestão eficazes. Entre as medidas recomendadas estão a **adoção de sistemas de precificação dinâmica**, que permitam ajustar os preços em tempo real com base nas diferenças de alíquotas, e a **integração com sistemas fiscais para identificar as alíquotas aplicáveis conforme o destino da mercadoria**. Além disso, é essencial **trabalhar a comunicação com os consumidores**, garantindo a **transparência na exibição dos preços e dos impostos incidentes**. Essa prática é fundamental para evitar dúvidas ou questionamentos por parte dos clientes.

Nesse cenário, é importante ressaltar que os novos tributos introduzidos pela Reforma Tributária (CBS e IBS) serão calculados “por fora”. Isso significa que os valores desses tributos não integram a base de cálculo do próprio imposto. Conforme o artigo 12 da Lei Complementar nº 214/2025, a base de cálculo será composta pelo valor da operação, excluindo os montantes referentes aos tributos incidentes. Essa mudança favorece a transparência, permitindo que os **consumidores entendam claramente o quanto estão pagando de imposto e o quanto corresponde ao preço efetivo do produto**. Trata-se de uma evolução importante em relação ao modelo anterior, onde alguns tributos eram calculados “por dentro”.

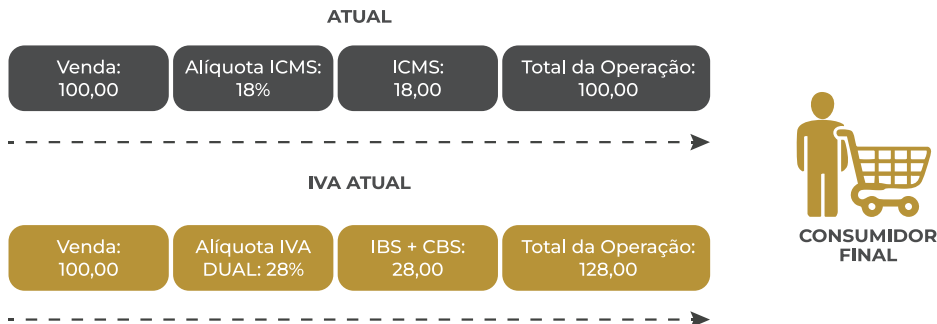
Exemplo:

Valor de venda de um produto: R\$ 100,00.

Alíquota do IVA dual (IBS + CBS): 28%

Tributos (calculados “por fora”): R\$ 28,00 (28% sobre R\$ 100,00).

Valor final para o consumidor: R\$ 128,00.



Esse modelo **aumenta a transparência para o consumidor**, mas exige das **autopeças um rigoroso controle de suas margens** para evitar repasses excessivos de custos. A incidência do IBS e da CBS “por fora” **pode alterar a percepção de preço dos consumidores**. Autopeças precisarão avaliar como absorver ou repassar esses tributos sem comprometer sua competitividade.

7. SPLIT PAYMENT

O **Split Payment** é um mecanismo de recolhimento automático de tributos diretamente no momento da transação financeira. No caso da nova legislação tributária brasileira, instituída pela Lei Complementar nº 214/2025, ele se aplica à CBS e IBS. A ideia é que, ao realizar uma compra ou transação, os valores correspondentes aos tributos sejam segregados e encaminhados diretamente para o fisco antes de o fornecedor receber o montante da venda.

Esse sistema traz maior eficiência e transparência no recolhimento de tributos, reduzindo a possibilidade de inadimplência ou sonegação. Além disso, elimina a necessidade de cálculos posteriores por parte do contribuinte, uma vez que os valores tributários são diretamente deduzidos na liquidação da transação financeira.





8. SPLIT PAYMENT SIMPLIFICADO

O Split Payment Simplificado é uma variação do Split Payment que adota um percentual predefinido para o recolhimento dos tributos, sem a necessidade de calcular exatamente os valores devidos em cada transação. Ele é destinado a facilitar o processo para operações realizadas com adquirentes que não sejam contribuintes regulares de CBS e IBS.

Nesse modelo, o percentual fixado para a retenção é determinado pelo Comitê Gestor do IBS e pela Receita Federal do Brasil (RFB), considerando a alíquota média do setor e o histórico de créditos do contribuinte. O sistema simplificado oferece agilidade e praticidade, mas pode resultar em recolhimentos que não coincidem exatamente com os tributos devidos, o que será ajustado posteriormente.



Diferenças entre Split Payment e Split Payment Simplificado

	SPLIT PAYMENT Padrão	SPLIT PAYMENT Simplificado	
QUEM	Contribuinte regular do IBS e da CBS	Não contribuinte regular do IBS e da CBS	
COMO	Segrega o valor dos tributos	Percentual fixo para as operações do mês (média)	%
QUANDO	Ajuste detalhado com base na apuração dos tributos	Ajustes feitos após o período de apuração	

SPLIT PAYMENT

Segrega o valor exato dos tributos devidos com base nas operações.

Indicado para contribuintes regulares do IBS e da CBS.

Permite ajuste detalhado com base na apuração dos tributos incidentes.

SPLIT PAYMENT SIMPLIFICADO

Utiliza um percentual predefinido, sem cálculo exato na transação.

Voltado para adquirentes não contribuintes regulares.

Ajustes podem ser feitos após o período de apuração.

Adequação às Autopeças

- **Autopeças de Grande Porte:** Autopeças maiores, que geralmente possuem sistemas avançados de gestão e alta frequência de transações, se beneficiam mais do **Split Payment padrão**. Esse modelo garante maior precisão na gestão fiscal e evita discrepâncias significativas entre o tributo devido e o efetivamente recolhido.

Exemplo: Uma autopeças com faturamento alto e um grande número de operações realiza vendas por R\$ 1.000. Nesse caso, o Split Payment padrão identifica, via sistema fiscal, que o IBS devido é de 10% e a CBS de 5%, totalizando R\$ 150. Esse valor é imediatamente segregado e transferido ao fisco no momento da liquidação financeira.

- **Autopeças de Pequeno Porte:** Para autopeças menores, onde a estrutura de gestão tributária é menos complexa, o **Split Payment Simplificado** se mostra mais adequado. Ele reduz a burocracia e facilita o cumprimento das obrigações tributárias, ao mesmo tempo em que diminui a necessidade de investimentos em sistemas fiscais avançados.

Exemplo: Uma autopeças pequena realiza vendas de R\$ 1.000, mas opera pelo Split Payment Simplificado, com um percentual fixo de 12%. Nesse caso, R\$ 120 serão recolhidos no ato da transação. Posteriormente, se os tributos efetivos forem diferentes, os valores são ajustados na apuração fiscal.

O Split Payment transformará a gestão fiscal no setor de autopeças, impondo desafios de adaptação, mas também oferecendo oportunidades significativas de modernização e eficiência tributária. As grandes autopeças possuem mais condições para implementar o modelo padrão, enquanto as autopeças pequenas podem optar pelo sistema simplificado como estratégia inicial de adaptação. Alguns impactos serão:

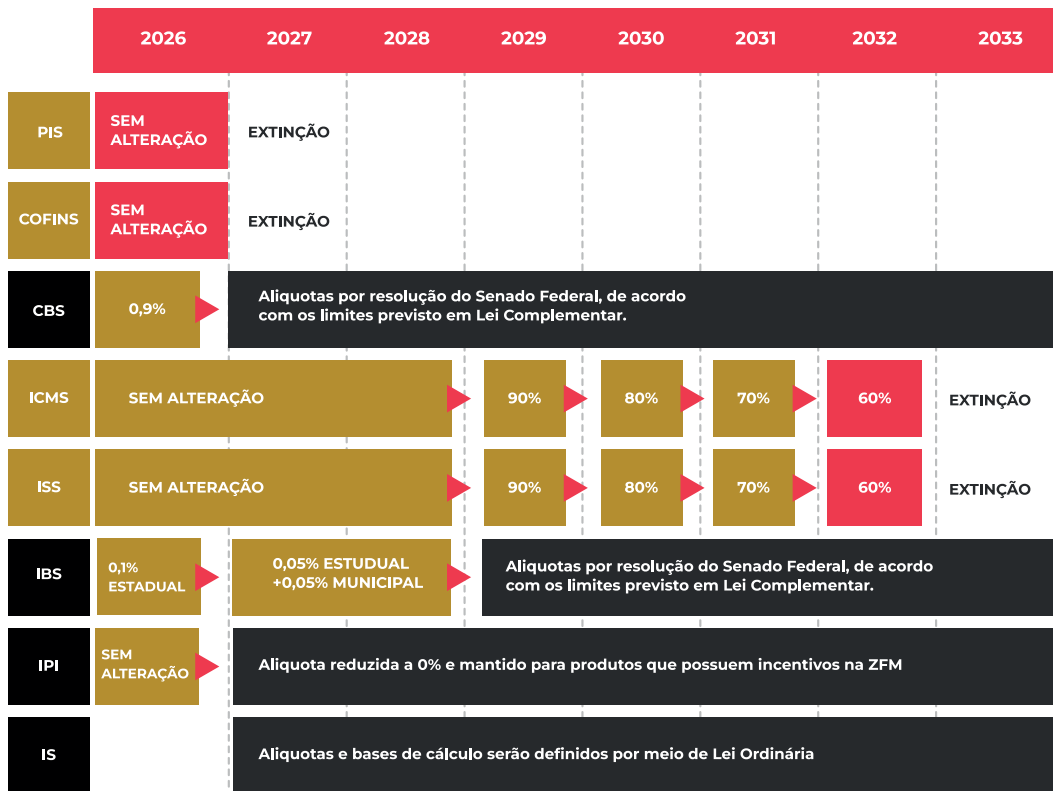
- **Alterações no Fluxo de Caixa:** O recolhimento automático do IBS e da CBS no momento da transação afeta diretamente o fluxo de caixa, reduzindo a liquidez disponível para a autopeças antes de ajustes e apurações.
- **Demanda por Modernização Tecnológica:** Autopeças precisarão adaptar seus sistemas de gestão para integrar a emissão de documentos fiscais e arranjos de pagamento ao sistema do Split Payment.
- **Aumento da Conformidade Tributária:** A redução de erros e inconsistências no recolhimento de tributos fortalece a regularidade fiscal, mas exige maior rigor na execução das operações.

Dentre as oportunidades trazidas pelo Split Payment destacam-se que com o recolhimento automático, autopeças podem simplificar o processo de cumprimento das obrigações fiscais, reduzindo a dependência de equipes e sistemas manuais. Além disso, autopeças que aderirem ao Split Payment demonstrarão conformidade fiscal, fortalecendo sua reputação perante fornecedores, clientes e investidores e ganhando vantagem competitiva, utilizando a eficiência fiscal como diferencial no mercado.

No entanto, também haverá desafios do Setor de Autopeças quanto a adaptação ao Split Payment, principalmente para pequenas autopeças, pois enfrentam maior dificuldade em implementar o sistema, especialmente devido à limitação de recursos financeiros e tecnológicos.

Além disso, a retenção imediata dos tributos pode gerar tensões de caixa, particularmente em autopeças que operam com margens de lucro reduzidas. Para pequenas autopeças, o Split Payment Simplificado pode gerar ajustes tributários ao fim do período de apuração, exigindo maior atenção e controle contábil.





10. FIM DOS PRODUTOS MONOFÁSICOS

A regulamentação da reforma tributária prevê, entre outras mudanças, **a extinção dos atuais Regimes Monofásicos**, em que PIS e COFINS referentes a toda uma cadeia produtiva são recolhidos uma única vez pela indústria ou pelo importador. Isto ocorre porque a Reforma Tributária estabelece na arrecadação o princípio do destino, em que o recolhimento do tributo deve ser feito no Estado/Município de consumo de bens e serviços, em lugar da atual tributação no local de origem.

Os regimes monofásicos vão acabar com a Reforma Tributária porque as atuais contribuições federais PIS e COFINS serão substituídas pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) **a partir de 2027**.

Com isso, setores da economia como, **o de Autopeças**, deixam de ter regimes monofásicos do PIS e COFINS. A tributação destes segmentos ocorrerá em todas as etapas da cadeia produtiva, permitindo-se a apropriação de créditos tributários ao longo do processo.

Exemplo prático de como vai ficar o setor de Autopeças

Atualmente, a tributação de autopeças segue o Regime Monofásico para PIS e COFINS. Esse modelo concentra a arrecadação desses tributos no fabricante ou importador, reduzindo a carga tributária nas etapas subsequentes da cadeia produtiva, como a distribuição e o varejo.

No atual regime monofásico, distribuidores e varejistas não precisam recolher novamente PIS e COFINS, pois a tributação já ocorreu na etapa inicial. Esse sistema simplifica a fiscalização e evita a cumulatividade dos tributos ao longo da cadeia de comercialização.

Com a Reforma Tributária, a CBS (que substitui PIS e COFINS) passará a incidir ao longo de toda a cadeia produtiva, com possibilidade de creditamento.

Na prática, milhares de distribuidores, atacadistas e varejistas de autopeças no Brasil **terão de recolher o IBS e a CBS na venda de seus produtos.**

Mas, afinal, como o setor de autopeças será impactado com o fim dos regimes monofásicos de PIS e Cofins?

- **Fabricantes/Importadores:** Poderão ter uma carga tributária nominal menor sobre suas vendas diretas, mas perdem o “benefício” da desoneração nas etapas seguintes. A apuração da CBS para eles será similar à de outros setores no regime não cumulativo.

- **Distribuidores/Atacadistas/Varejistas:** Este é o elo que sentirá a maior mudança operacional e fiscal. Eles deixarão de ter alíquota zero e precisarão:

- Calcular o débito da CBS sobre suas vendas.
- Gerenciar e apurar os créditos da CBS pagos na aquisição desses produtos.
- Adaptar seus sistemas fiscais e processos internos para lidar com o cálculo, apuração e declaração da CBS, item a item.
- Revisar suas estratégias de precificação, já que a distribuição da carga tributária muda ao longo da cadeia.

Preparando sua empresa para a mudança

A transição para o novo sistema não será da noite para o dia. A EC 132/2023 prevê um período de adaptação, com alíquotas reduzidas em 2026 e a implementação plena a partir de 2027. No entanto, a fase de testes da CBS e do IBS, com alíquota de até 0,3%, **já começa em 2026**.

Especialmente para as empresas dos setores afetados pelo fim dos regimes monofásicos de PIS e COFINS, é fundamental começar a se preparar o quanto antes. Isso inclui:

- Mapear os produtos que hoje estão no regime monofásico de PIS/COFINS;
- Analisar o impacto financeiro da mudança na carga tributária total da cadeia;
- Avaliar a necessidade de adaptação ou substituição dos sistemas fiscais para suportar o cálculo da CBS e a gestão de créditos em todas as etapas;
- Treinar equipes fiscais e operacionais sobre as novas regras;
- Comunicar a cadeia de suprimentos sobre as mudanças na tributação.

Planejamento é essencial

A reforma tributária e o fim dos regimes monofásicos de PIS e COFINS representam um divisor de águas para diversos setores da economia brasileira. A transição para a não cumulatividade plena da CBS exige **adaptação operacional, sistêmica e estratégica**.

Preparar-se com antecedência, investindo em conhecimento e tecnologia, é fundamental para navegar com segurança nesse novo cenário fiscal e garantir a conformidade e a otimização tributária.

11. COMO AS EMPRESAS DEVEM SE PREPARAR?

Diante do cenário descrito, com um cronograma de implementação da reforma tributária ainda sujeito a ajustes e incertezas, as empresas devem se preparar de forma estratégica e proativa para os desafios que virão.

Embora as mudanças possam trazer **benefícios a longo prazo**, o processo de adaptação e implementação exigirá um **planejamento cuidadoso**, flexível e atento aos desenvolvimentos legislativos e operacionais.

Primeiramente, as empresas **devem acompanhar de perto os avanços** normativos relacionados à reforma tributária, principalmente no que diz respeito à definição das alíquotas, à criação de novas obrigações fiscais e à organização do Comitê Gestor. Isso inclui **monitorar as discussões** no Congresso Nacional e estar atentas aos possíveis vetos e ajustes que possam ser feitos nas leis já sancionadas, assim como nas novas normas a surgirem.

A preparação para essa nova realidade **exige uma equipe multidisciplinar**, de competências, composta por advogados, auditores, contadores e analistas tributários, pois a complexidade das mudanças demanda uma **abordagem integrada**, desde o conhecimento legal até a operacionalização e monitoramento na apuração e cálculo.

Com a introdução de novas normas e a unificação de tributos, será necessário **adaptar os processos internos**, desde a emissão de notas fiscais até o cálculo dos impostos, garantindo que as obrigações sejam cumpridas de forma precisa e tempestiva em acordo com a base definidora do direito. A **automação tributária será uma aliada**, já que permitirá um processo mais ágil e seguro, minimizando o risco de erros que podem resultar em penalidades.

Outro aspecto importante é o **treinamento e a capacitação** contínua das equipes envolvidas na área tributária. A complexidade das mudanças exigirá que os profissionais estejam atualizados quanto aos detalhes da legislação, principalmente em relação aos aspectos que ainda estão sendo definidos. Organizar treinamentos ajudará a garantir que os colaboradores tenham as habilidades necessárias para lidar com as novas exigências fiscais de forma **eficiente**.

Em resumo, as empresas devem se preparar com flexibilidade, focando em monitorar as mudanças legislativas, investir em tecnologia, capacitar suas equipes e revisar suas práticas comerciais. Com uma abordagem estratégica e ágil, será possível mitigar riscos e aproveitar as oportunidades que surgirem com a nova reforma tributária.



12. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA COMPLETA - POR QUE ESCOLHER O GRUPO GSV?

A sua Autopeças já está preparado para a Reforma Tributária?

A Reforma Tributária é uma realidade e a Autopeças que não estiver preparada poderá colocar a saúde financeira da empresa em risco, por isso é essencial contar com uma assessoria tributária especializada no setor.

Por que escolher o Grupo GSV?

Porque o **GRUPO GSV** possui uma equipe composta por advogados, contadores, auditores e consultores qualificados e com expertise no assunto, apoiada por uma completa estrutura administrativa e tecnológica, destacando-se pela forma profissional, inovadora, preventiva, moderna e proativa na prestação de seus serviços e pelo constante investimento no desenvolvimento dos nossos profissionais através de cursos de especializações e constante aprimoramento nas mais diversas e inovadoras formas de capacitação.

A expertise do **Grupo GSV** proporciona aos seus clientes um planejamento tributário personalizado gerando bons resultados financeiros e contribuindo de forma significativa para que o empresário possa aumentar sua competitividade e consequentemente sua lucratividade, saindo à frente de seus concorrentes.

Desta forma, o **Grupo GSV** é o parceiro necessário para a **AUTOPEÇAS** que queira sair à frente e se beneficiar da **REFORMA TRIBUTÁRIA**, fornecendo todas as informações necessárias para o entendimento, fruição e transição de sua implantação.

GRUPO GSV, Todas as soluções em um só lugar.



O Grupo GSV oferece serviços de excelência em diversas áreas: contabilidade, direito, mercado imobiliário e consultoria empresarial e tributária. Nosso trabalho é pautado pela ética, seriedade e responsabilidade, garantindo um atendimento especializado e personalizado para cada cliente. Com total segurança e confiabilidade, estamos prontos para oferecer soluções em tempo real.



Nossa contabilidade consultiva vai além do básico. Oferecemos excelência em gestão contábil, tributária e de RH para que você possa focar no que realmente importa: o crescimento do seu negócio.



Com tradição e excelência em serviços jurídicos, nossa equipe é especialista em áreas como Direito Societário, Empresarial, Trabalhista, Tributário e muito mais. Estamos prontos para atender você.



Oferecemos soluções estratégicas e financeiras para impulsionar sua empresa. Nossas áreas incluem consultorias em gestão, finanças, impostos e RH, todas focadas no crescimento do seu negócio.



Otimize sua gestão financeira com nossas soluções personalizadas. Cuidamos de contas a pagar e receber, conciliação bancária, emissão de notas fiscais e análise financeira, aumentando a eficiência e o controle.



Garantimos a segurança das suas transações eletrônicas. A GSV Certificação Digital oferece serviços completos, com emissão, renovação e revogação de certificados para pessoas físicas e jurídicas.



Atraia os melhores talentos para sua empresa. Nosso processo de recrutamento e seleção é ágil, personalizado e inclui acompanhamento pós-contratação e reposições gratuitas para sua total satisfação.



Seja para comprar, vender ou alugar, a GSV Imobiliária tem a solução. Nossa equipe é especialista em encontrar a melhor opção para você, incluindo casas, apartamentos, lojas, salas comerciais e galpões.



Recupere créditos tributários de forma segura e eficiente, tanto na via administrativa quanto judicial. Agende seu diagnóstico gratuito e descubra como otimizar a recuperação de impostos de maneira legal.



Somos especialistas em Regimes Especiais de Tributação. Oferecemos planejamento completo e consultoria para que sua empresa aproveite ao máximo os benefícios fiscais concedidos pelos estados.

**Todas as
soluções
em um só
lugar!**



Todas as
soluções
*em um só
lugar!*

Unidade I Belo Horizonte

Rua Tenente Brito Melo, 476 – Conj. 701 – Barro Preto

Unidade II Belo Horizonte

Rua Tenente Brito Melo, 433 – 1º Andar – Barro Preto

Unidade São Paulo

Av. Paulista, 1.842 - Conj. 155 - 15º andar - Torre Norte

CEP: 01.311-200 - Bairro Bela Vista - (11) 5128-0287

Unidade Nova Lima - Alphaville

Av. Princesa Diana 505, Sala 526, Alphaville – Nova Lima/MG